O MISTÉRIO DO MAL

AGAMBEN, Giorgio. **O mistério do mal**. Bento XVI e o fim dos tempos. Tradução de Silvana de Gaspari e Patrícia Peterle. 1. Ed. São Paulo: Boitempo; Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 2015.

Manoel Godoy*

Giorgio Agamben prova, neste pequeno livro de 78 páginas, que quando se tem algo de sério e profundo para dizer, pode-se fazê-lo com poucas e sábias palavras. Seu livro "O Mistério do Mal" é composto por dois textos e quatro apêndices. No primeiro, ele enquadra a renúncia do Papa Bento XVI num contexto de crise das instituições, as quais confundem e embaralham, segundo ele, dois conceitos: legitimidade e legalidade, em detrimento de ambos. No segundo, a questão escatológica emerge com muita força em chave de leitura do significado político do tema messiânico.

Os dois textos se entrecruzam exatamente no tocante à referência do messianismo, tendo por base a Segunda Carta de Paulo aos Tessalonicenses. Agamben, já consagrado como filósofo, aqui se sobressai numa hermenêutica fina do texto revelado, adentrando-se no campo teológico com o mesmo brilhantismo.

No bojo da crise das instituições, Agamben destaca a Instituição Católica e afirma categoricamente que o bem e o mal lhe são intrínsecos. Se os Santos Padres afirmavam que a Igreja era "casta e meretriz", Agamben traduz essa realidade mostrando que a Igreja comporta simultaneamente o Cristo e o Anticristo e que a luta entre os dois ganham sentido numa leitura escatológica e messiânica.

O autor faz uma conexão entre a renúncia do Papa Bento XVI e seus escritos bem anteriores; bem como o seu gesto de depositar o pálio no túmulo do Papa Celestino V, em 28 de abril de 2009, que também havia renunciado, deixando claro que a decisão de Bento XVI foi pensada, refletida e, porque não, premeditada. Fazendo um confronto entre as duas cartas de renúncia, a de Celestino V e a de Bento XVI, Agamben detecta que as motivações são praticamente as mesmas: "debilitas corporis", diminuição do "vigor corporis" e "infirmitas personae". Mas o autor vai além e lendo por trás das palavras percebe que em ambos os casos

_

^{*} Mestrado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (2005). Atualmente é professor e Diretor Executivo do Instituto Santo Tomás de Aquino, em Belo Horizonte.

a verdadeira razão deveria ser procurada na indignação dos dois "frente às prevaricações e às simonias da corte", leia-se Cúria Romana.

Nessa perspectiva, o autor afirma que as sociedades parecem ter perdido qualquer consciência acerca dos dois princípios essenciais da tradição ético-política: a legitimidade e a legalidade. A crise que passamos está não somente no fato de se questionar a legalidade das instituições, mas também sua legitimidade. O que está em jogo não é só a forma do exercício do poder, mas a legitimidade do próprio poder. Afirma Agamben: "Os poderes e as instituições não são hoje deslegitimados porque caíram na ilegalidade; é mais verdadeiro o contrário, ou seja, que a ilegalidade é difundida e generalizada porque os poderes perderam toda a consciência de sua legitimidade".

A tentativa de fazer coincidir a legitimidade e a legalidade têm se mostrado, não só insuficiente para enfrentar a crise das instituições como, ao contrário, mais as afunda num excesso de legalidade formal e numa perda de toda legitimidade substancial. "A legitimidade e a legalidade são duas partes de uma única máquina política que não só nunca devem ser reduzidas uma à outra, mas devem permanecer sempre, de alguma forma, operantes para que a máquina funcione". Com sua renúncia, Bento XVI traz à tona a falta de legitimidade da atual cúria, que tem se perdido numa busca incessante pelo poder temporal da Instituição Católica. Isso ele o fez servindo-se do único poder espiritual que lhe restava, renunciando ao exercício do vicariato de Cristo.

Dentre as razões da renúncia de Bento XVI, Agamben revisita um texto antigo do jovem teólogo Ratzinger, publicado na *Revue des Études Augustiniennes* em 1956, sob o título "Considerações sobre o conceito de Igreja de Ticônio no *Liber regularum*". Esse teólogo do século IV teria influenciado Santo Agostinho na produção de sua famosa obra A Cidade de Deus. Ticônio faz uma análise eclesiológica organizada em sete regras, sendo que a segunda — *De Domini corpore bipartito*, relacionada com a sétima — *De diabolo et eius corpore*, revelam sua teoria de que a Igreja trás no seu corpo, de forma intrínseca, o bem e o mal, a graça e o pecado, onde convivem os justos e os maus, tornando a Igreja, ao mesmo tempo, de Cristo e do Anticristo. Somente na grande *discessio*, que será introduzida pela *revelatio* definitiva, os dois corpos da Igreja serão separados, mas na história, eles estão inseparavelmente misturados. Tanto Ticônio quanto Ratzinger se servem da mesma passagem da Segunda Carta de Paulo aos Tessalonicenses, que se refere aos fins dos tempos, para apontar a separação dos ímpios e dos justos, que convivem na mesma Igreja. Porém, Agamben diz que o real interesse do apóstolo não é o fim dos tempos, mas o tempo do fim,

isto é, o intervalo entre a primeira e a segunda vindas, o tempo histórico que ainda estamos vivendo.

O drama escatológico deve funcionar sempre como um referencial para o agir na história, mas Bento XVI sinalizou que não se pode esperar o fim dos tempos, quando se opera a separação dos dois corpos que compõem a Igreja, e nem mesmo ignorar o corpo bipartido, deixando de se enfrentar o mal em cada decisão aqui e agora. "Nem o problema da legitimidade nem o problema do que é justo e do que é injusto podem ser eliminados da vida histórica da Igreja, mas devem inspirar, a cada momento, a consciência de suas decisões no mundo".

Agamben afirma que o seu interesse na análise da renúncia de Bento XVI é porque ela não pode ficar presa no contexto meramente eclesial, mas fornece pista para se entender um problema explicitamente político: o da justiça. Assim como a Igreja, a sociedade política também tem um corpo bipartido, uma mistura de bem e de mal, de crime e de honestidade, de injustiça e de justiça. Há uma correlação entre os conceitos de escatologia e de justiça, o primeiro funciona na Igreja e o segundo na sociedade. Os danos para ambas as grandezas — Igreja e sociedade — quando elas deixam de lado sua relação com a escatologia e com a justiça, se revelam na total ingovernabilidade que toma conta das instituições e faz delas reféns de critérios meramente técnicos.

O autor, ao abordar o *mysterium iniquitatis*, tira-o do invólucro ontológico presente em muitas abordagens teológicas e o traz para o seio da história, onde "o mal não é um sombrio drama teológico que paralisa e torna enigmática e ambígua toda ação, mas é um drama histórico em que a decisão de cada um vem a ser toda vez questionada".

Desta forma, Agamben classifica a grande renúncia do Papa Bento XVI como um ato de coragem, que restitui ao *mysterium iniquitatis* seu verdadeiro contexto escatológico, abrindo assim o espaço para que a ação política possa tornar-se novamente possível, tanto na esfera teológica quanto na profana.

Por fim, creio que a análise conjuntural de Agamben nos ajude a jogar luz na atual realidade brasileira, onde, pela fraqueza dos outros poderes, o judiciário tem se imposto como órgão decisório máximo, decidindo desde quotas nas universidades até união civil de pessoas do mesmo sexo, sem uma contribuição efetiva do legislativo. Afirma o autor que "é vão acreditar que se pode enfrentar a crise das sociedades por meio da ação (certamente necessária) do poder judiciário – uma crise que investe a legitimidade não pode ser resolvida somente no plano do direito". Legalidade e legitimidade devem estar presentes nas

sociedades, como condição para se manter vivas as instituições, porém, numa correlação justa, sem nunca coincidirem ou se anularem.

Os apêndices – Declaração de Celestino V, Declaração de Bento XVI, a Segunda e a Sétima regras de Ticônio e o capítulo XIX, do Livro XX, de *A cidade de Deus*, de Agostinho tornam a obra de Agamben completa, pois eles impostam muito bem sua abordagem sobre o mistério do mal que tanto nos inquieta na Igreja e na sociedade.